

PARECER JURÍDICO N.º 167/2016

ASSUNTO: Pregão Presencial n.º 022/2016

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 022/2016 do tipo menor preço, o qual indica a necessidade de aquisição de transformadores, conforme descrição contida no presente processo administrativo.

Identifica-se dos autos que a necessidade da aquisição está expressa por meio do Termo de Referência nº 22/16, expedido pela Divisão de Distribuição, datado de 28/04/2016.

Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e chancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 118/2016, conforme fls. 42.

O Aviso de Licitação foi publicado em data de 03/06/2016 no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 79), em data de 01/06/2016 no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 80), em data de 03/06/2016 no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 81), e em data de 01/06/2016 no Jornal Tribuna (fl. 82).

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 03/06/2016, às fls. 83, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009, *in verbis*:

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

Verifica-se dos autos a suficiente abrangência publicitária da licitação, com ampla divulgação do certame.

O ato de designação da função de Pregoeiro da Cocel (Portaria n.º 002/2016) encontra-se devidamente juntado ao processo licitatório, às fls. 85.

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às 09 horas do dia 20 de junho de 2016, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata acostada às fls. 86/87, da qual se constata a participação de 02 (duas) proponentes:

- **INDUSTRIA DE TRANSFORMADORES ITAIPU LTDA.; e**
- **ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A.;**

Procedida à abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e realizada a oferta de lances, após verificada a aceitabilidade da proposta e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedora da presente licitação a seguinte empresa:

| Lote | Preço unitário máximo | Preço unitário ofertado | Valor total ofertado | Licitante |
|---------|-----------------------|-------------------------|----------------------|--|
| Lote 01 | R\$ 2.362,00 | R\$ 2.300,00 | R\$ 23.000,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |
| Lote 02 | R\$ 2.796,50 | R\$ 2.750,00 | R\$ 13.750,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |
| Lote 03 | R\$ 4.639,00 | R\$ 3.780,00 | R\$ 11.340,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |
| Lote 04 | R\$ 5.285,50 | R\$ 4.615,00 | R\$ 23.075,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |
| Lote 05 | R\$ 6.973,66 | R\$ 5.880,00 | R\$ 58.800,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |
| Lote 06 | R\$ 8.816,33 | R\$ 7.755,00 | R\$ 93.060,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |
| Lote 07 | R\$ 2.578,50 | R\$ 2.569,00 | R\$ 71.932,00 | ROMAGNOLE PRODUTOS ELÉTRICOS S.A. |

Considerando que apenas duas empresas participaram do Pregão ora sob análise, cumpre mencionar que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná já se manifestou expressamente sobre a desnecessidade de participação de um número mínimo de participantes no Pregão.

É o que se verifica do contido no acórdão nº 2197/11 do qual se extrai:

"(...)

Atentando-se especificamente à literalidade do questionamento, o consulente indaga acerca da necessidade do estabelecimento de número mínimo de licitantes em pregão. Nos estritos termos da pergunta, impende concluir pela desnecessidade de fixação de número mínimo.

Ora, não é necessário, indispensável, ou forçoso o estabelecimento de tal número mínimo.

Utilizando-se da competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação (art. 22, XXVII), outorgada privativamente pela Constituição, a União editou a Lei nº 10520/2002, fruto da conversão em lei da Medida Provisória nº 2182-1/20018, estabeleceu nova modalidade licitatória (pregão), facultando sua utilização às administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Em que pese a Lei nº 10.520/2002 apresentar-se como uma norma um tanto sintética (são apenas 13 artigos a regular todo o procedimento), há dispositivos específicos acerca do número de licitantes, ou, pelo menos, isso pode ser abstraído da lei. Por óbvio, em momento algum, a Lei nº 10.520/02 fixa um número mínimo de licitantes a autorizar o prosseguimento do feito, mas ao regular o procedimento deixa clara a possibilidade de desenvolvimento do certame com apenas um licitante. (...)" (grifo nosso)

Quanto à publicação do resultado do julgamento das propostas, identifica-se nos autos a regular publicação no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 176) e no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 177), na data de 20 e 22 de junho 2016, respectivamente.

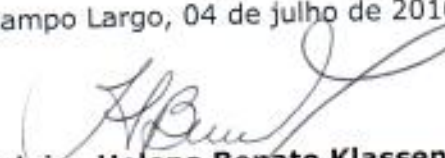
Pela análise dos autos, verifica-se que não houve recurso administrativo.

Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei nº 10.520/02, bem como pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

Campo Largo, 04 de julho de 2016.



Heloisa Helena Benato Klassen

OAB/PR 31.154

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Fone/Fax (0xx41) 302-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 719 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.805/0001-50 - Inscrição Estadual 10902030-00

Participo o Parecer Jurídico em anexo, o qual após a devida análise apontou que o procedimento licitatório em questão está em condições de ser homologado.
C-1, 04/07/2016
Cia Campolarguense de Energia - COCEL


Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico
OAB/PR 31.582

DE ACORDO COM O PARECER JURÍDICO
EM ANEXO, DETERMINO A HOMOLOGAÇÃO
DO PRESENTE PROCESSO.
04/07/2016


Companhia Paranaense de Energia - COCEL

Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo